

Procon exige esclarecimentos

A diretora-executiva do Procon em Brasília, Elisa Martins, aguarda a lista de escolas que obtiveram empréstimos a juros reduzidos junto à FAS — Fundação de Apoio Social, para publicá-la na tentativa de informar os pais de alunos a realidade que envolve as entidades. Considerando um exemplo antipedagógico a decisão de adiamento das aulas com o fim de conquistar reajustes maiores, Elisa, espera, porém, que as instituições revejam suas posições.

"Vamos ver até que ponto estas escolas têm fim social, já que se utilizam do dinheiro público", afirma Elisa, explicando que ainda não dispõe da relação solicitada ao Mec. Nela estarão dispostas as entidades particulares de ensino que receberam empréstimos da FAS a juros de 4% apenas. A Fundação tem por fim repassar recursos para investimentos sociais.

Dizendo-se preocupada com a desobediência civil pregada pelas direções das entidades, a diretora do Procon pretende, assim, levar ao conhecimento dos pais outra versão do fato, para que eles não disponham apenas de informações vindas das escolas, que dizem estarem operando no vermelho e que o Governo não deveria ingressar com medidas no setor privado.

Outra medida que pode ser

adotada pelo órgão, caso as entidades não voltem atrás em suas decisões, diz respeito à reativação da Central de Atendimento e Orientação aos Pais, bastante procurada entre meados de novembro e final de dezembro do ano passado, quando já havia ameaças de aumentos nas mensalidades em até 125%.

Esperanças

Elisa Martins, no entanto, espera não ter de tomar qualquer atitude diante da pressão por reajuste acima do autorizado pelo governo. Isto porque, segundo ela, ainda há esperanças de que as próprias instituições tomarão consciência do papel que lhes cabe diante da juventude. "É um exemplo prejudicial aos jovens", diz ela.

Além disso, a desobediência civil provocará, conforme a diretora, uma série de tumultos para a família do estudante, que já conta como certo determinado período de aula e de férias para planejar todo o ano. "Além do mais, pagam por um serviço que não vão receber na data certa", continua.

Preferindo não apresentar ainda orientações aos pais, já que as escolas podem vir a mudar de ideia, Elisa lembra, entretanto, que a pessoa tem todo o direito de exigir de volta, e com juros, o valor já entregue caso haja um adiamento.